

Comentário ao artigo Autoritarismo: fatalidade psíquica?*

Myrna Pia Favilli

O artigo Autoritarismo: fatalidade psíquica? foi apresentado na 32ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em 1980. Relendo hoje, posso dizer que ainda gosto e me reconheço nele. Ao ser convidada a revisitar as questões ali apresentadas em um contexto atual, ocorreu-me abordar a problemática da feminilidade e, mais em particular, a da maternidade nas condições contemporâneas. Quando se observa os últimos 45 anos, o que surge de muito evidente é a grande emancipação feminina que transcorreu nesse período. Na época em que o artigo foi escrito, era ainda imperativo que toda mulher deveria se casar, ter filhos e viver confinada ao lar, com frequência dependente de uma figura masculina. A evolução ocorrida nas últimas décadas, nesse sentido e em outros, permitiu à mulher reposicionar-se como dona da sua própria vida e a concorrer com a figura masculina em patamares de maior igualdade.

Ao mesmo tempo, algo que chama muito a atenção é o aumento do feminicídio que parece ter acompanhado essas conquistas. Dados divulgados pelo Mapa de Segurança Pública do Brasil registraram, no último ano, um recorde nos casos de homicídios de mulheres. Há uma imensa população feminina sendo dizimada sem sabermos exatamente porquê, e sem uma razão clara para que o aumento de casos continue crescendo tanto. Apesar da grande maioria ser assassinada por parceiros ou ex-parceiros, outras tantas são mortas por desconhecidos, que não têm nenhum motivo evidente contra elas, exceto pelo simples fato de serem mulheres. Não raro, são mortas porque não podem rejeitar.

Meu artigo sobre autoritarismo partia da noção de que o “você em mim”, esse “outro que me revela e me descobre” frequentemente se inicia com a mãe. Mantendo essa premissa, poderíamos nos perguntar se também essa figura feminina indiscriminada e desconhecida, morta pelo simples fato de ser mulher, não seria um espelhamento da figura materna, como costuma ocorrer em certos relacionamentos amorosos que culminam em violências e comportamentos abusivos.

Myrna Pia Favilli
(*in memoriam*).
Psicanalista, analista didata da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo (SBPSP) e analista de crianças e adolescentes. Foi diretora do Instituto Durval Marcondes e do Conselho de Coordenação Científica da Federação Brasileira de Psicanálise (FEBRAPSI).

* A revista IDE, representada por Gilca Zlochevsky, conversou presencialmente com a autora em sua residência no dia 11/07/2025. O registro desse encontro deu origem ao presente artigo, editado pela equipe da revista.

Ao refletir sobre alguma relação possível entre esses dois fenômenos, a emancipação feminina ocorrida nas últimas décadas e o aumento do feminicídio no mesmo período, recorro a algumas ideias de Melanie Klein apresentadas em *Inveja e gratidão* (1957/1991). Teriam as mulheres, em sua condição atual de maior autonomia, se tornado mais ameaçadoras aos homens? Teria tal condição despertado um aumento da inveja em pessoas que podem sentir como intolerável a independência econômica, a independência sexual ou a independência de pensamento das mulheres? Mas em nome do quê essas mulheres teriam que ser destruídas? Não sabemos. Nesse breve comentário, proponho a hipótese psicanalítica de ser em nome de um “bebê” que não recebeu nada, ou recebeu muito menos do que lhe era fundamental.

Klein defendia que a capacidade reprodutiva da mulher seria sempre motivo de uma inveja inconsciente na criança. Essa seria, segundo ela, uma das raízes do desprezo pelo sexo feminino e dos ataques violentos provenientes, sobretudo, do sexo masculino. Nessa perspectiva, a condição feminina seria vista de maneira indissociável à condição reprodutiva, o que levanta a questão se, para aqueles que perpetuam o feminicídio, suas vítimas seriam mortas não apenas por serem mulheres, mas por poderem ser mães.

Em *Inveja e gratidão*, Klein fala de aspectos perigosos e destrutivos inerentes à espécie humana, que se expressam de modo cruel desde o início da vida. As fantasias do bebê são de tal modo violentas que se estruturam dentro da personalidade humana sob a forma de destrutividade. Como primeira defesa disponível frente à angústia de morte, o bebê a projeta no objeto materno. Mas, como enfatizei em meu artigo, “o que é projetado é o medo da morte, não o desejo de que a mãe morra. A mãe tem que lutar contra o medo da morte do seu bebê em seu próprio interior e devolver-lhe, a cada cuidado, um medo menor.” (p. 169). Teríamos aqui nessa reverie materna as bases para o processo simbólico, que transforma sua própria origem mortífera em vida, alimento, ideias a serem propagadas (p. 167), colocando Eros em movimento. A renúncia da mãe como objeto sexual dá continuidade à formação do simbolismo e à adoção de substitutos, oferecendo condições para que a criança possa lidar com a “dialética dos desejos” e com a ausência materna.

O trabalho de 1980 tinha como pano de fundo a abertura política do país, após muitos anos de ditadura militar. Nele, discuti como certos entraves na reverie materna, ao não ser capaz de retransmitir o prazer de viver e a atuação de Eros (p. 169), conduziam a um superego sádico, produto de fantasias onipotentes para lidar justamente com o sentimento de impotência e o desamparo. Propus essa como

a raiz principal do autoritarismo superegótico. Nos tempos atuais, creio que também podemos pensá-lo relacionado ao ódio mortífero dirigido às mulheres. Tendo em comum o pressuposto de um superego autoritário que se exime de angústia e de questionamentos psíquicos (pp.169-170), acrescento aqui outra face dessa defesa onipotente, que escapa aos processos de simbolização e de ligação de Eros.

Segundo Klein e Bion, é a capacidade que a mãe possui em acolher as fantasias agressivas dos seus bebês e transformá-las em situações menos perigosas, aquilo que lhes oferece condições para lidar posteriormente com a perda do seio materno e com a sua ausência. Mas caso essa ausência materna ou sua indisponibilidade anteceder ao estabelecimento das capacidades simbólicas do bebê, o resgate a Eros torna-se comprometido e a concretude de sua violência constitucional permanece inalterada. Me refiro aqui, naturalmente, a mães com uma reverie comprometida, possivelmente por não terem elas mesmas realizado o atravessamento do sentimento da inveja para o da gratidão ao seio nutridor, como descreveu Klein. As funções de maternagem que não puderam ser transmitidas na relação com sua própria mãe também não estarão disponíveis para ser transmitida aos seus filhos, sejam eles do sexo masculino ou feminino. Podemos observar *in loco*, no microcosmo da relação analítica, como os efeitos disso não se restringem aos filhos homens. A rivalidade e a destrutividade invejosa também incidem de maneira ampla no conjunto da população feminina.

Nesse sentido, nos aproximamos não apenas da inveja do bebê em relação à sua mãe, mas também da inveja da mãe em relação ao seu bebê. Em outras palavras, os aspectos destrutivos e a inveja materna obstruem as condições necessárias para que ela responda de maneira amorosa ao sadismo inato do bebê, para que ela lhe ofereça o conforto necessário e o tranquilize em suas fantasias destrutivas. Frente à reverie insatisfatória, resta Tânatos em puro ato. O comprometimento da função materna não apenas potencializa a inveja, mas também põe em execução a fantasia do bebê de destruir o seio da mãe. Seria como se a destrutividade, que desempenha um papel tão importante na relação com o objeto materno, ultrapassasse as vivências internas fantasiosas para tornar-se visível em comportamentos violentos e homicidas. A morte do outro revelaria, então, a falência prévia da capacidade de pensar, de simbolizar e, em última análise, de amar. Revelaria algo de morto em si mesmo.

A realidade brasileira faz com que muitas mulheres não possam passar tempo com seus filhos desde momentos muito precoces. Algumas voltam a trabalhar poucas semanas após o nascimento de um filho, obrigadas a deixá-lo em creches ou outros cuidadores como único modo de sobrevivência material. No entanto, sabemos que essa separação precoce não

ocorre apenas em populações de baixa renda, mas também em classes sociais privilegiadas. Não é incomum encontrarmos mulheres que optam por um retorno antecipado ao mundo do trabalho, mesmo tendo condições para usufruir a licença maternidade em seus empregos. Ou que escolhem deliberadamente passar menos tempo com seus filhos em seus primeiros tempos, delegando os cuidados primários a outrem. Para além das questões materiais, portanto, podemos considerar outros fatores individuais e sociais envolvidos em uma crescente precariedade na capacidade de maternagem.

Seria essa dificuldade na maternagem uma reação adversa ou um efeito colateral indesejado das importantes conquistas sociais das mulheres mencionadas anteriormente? Certamente os desejos femininos de maternidade existiram sempre, como existem agora. Mesmo com toda a autonomia e independência, muitas mulheres continuam desejando ser mães. Mas haveria algum efeito dessas transformações sociais na oferta à maternidade em um sentido mais amplo?

Ao final do trabalho anterior, menciono como, uma das esperanças na eterna luta de Eros contra a morte, a crença de Marcuse na instauração de uma nova saída trazida pelas mulheres, tendo em vista que, naquela época, essas ainda não estariam totalmente inseridas nas “condições alienantes da sociedade atual” (p.170). Passados esses anos, podemos nos perguntar se continuaria sendo possível sustentar a mesma esperança em uma renovação proveniente desse contraponto, ou se as mulheres teriam sido absorvidas pelas mesmas condições de produtividade do mercado de trabalho que o gênero masculino. Ou seja, se o deslocamento para a vida “fora de casa” e suas exigências tivessem entrado em concorrência com o desenvolvimento de uma boa maternagem, com a felicidade que também pode ser encontrada “dentro de casa”. Em outros termos, se as conquistas fundamentais das mulheres, confirmando a expectativa de Marcuse, tenham sido, em parte, alcançadas às custas daquilo que elas poderiam oferecer de verdadeiramente revolucionário, tanto no plano coletivo quanto no privado: o amor por um filho, o amor em si mesmo, e todas as transformações que este é capaz de promover. Eros.

Poderíamos perguntar se a hipótese psicanalítica apresentada nesse breve comentário não colocaria novamente todo o peso no sexo feminino. Penso, no entanto, que o peso ligado à maternidade seja em grande medida incontornável, e sua relevância parece estar hoje em dia ainda maior. Não se trata, é claro, de atribuir culpa ou responsabilidade, mas de reconhecer a importância da presença materna e da qualidade das experiências primordiais na relação entre a mãe e o seu bebê. De qualquer maneira, minha hipótese não se refere, obviamente, às mulheres em geral, mas a algumas delas que, em decorrência de suas próprias experiências iniciais

e dos efeitos das “condições alienantes” as quais Marcuse se referia, não foram capazes de desenvolver essa doação nos primeiros meses de vida que um bebê precisa receber.

Por fim, talvez essas reflexões sobre o aumento exacerbado do feminicídio recoloquem em novo sentido a questão que formulei em meu trabalho anterior: “Será Eros apenas o direito de se lutar para se ter a própria morte?” (p.166).



Resumo A revista IDE convidou Myrna Pia Favilli a realizar uma releitura de seu artigo Autoritarismo: fatalidade psíquica? (1980), estabelecendo um diálogo com questões contemporâneas. Em suas reflexões, a autora articula dois fenômenos sociais observados nos últimos 45 anos, a emancipação feminina e o crescimento exponencial do feminicídio, e propõe uma hipótese psicanalítica que os examina pelo vértice das funções maternas e seus possíveis entraves.

Palavras-chave feminicídio, autoritarismo, reverie, inveja.

A brief comment on the article “Authoritarianism: psychological fatality?”

Abstract IDE invited Myrna Pia Favilli to revisit her 1980 article, Authoritarianism: Psychic Fatality?(1980), engaging it with contemporary issues. In her reflections, the author links two social phenomena observed over the past 45 years — the emancipation of women and the exponential rise in femicide — and proposes a psychoanalytic hypothesis that examines them through the lens of maternal functions and their potential constraints.

Keywords femicide, authoritarianism, reverie, envy.

Referência

Klein, M. (1991). Inveja e gratidão. In *Inveja e gratidão e outros trabalhos* (1946-1963). *Obras completas de Melanie Klein* (Vol. 3, pp. 205–267). Imago. (Trabalho original publicado em 1957)